

Política de Privacidade

A Santa Casa da Misericórdia de Esposende (SCME) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que se dedica a prestar o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam.

Com o objetivo de atingir este fim, foca a sua intervenção nas áreas de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura.

A proteção da privacidade e dos dados pessoais constitui um compromisso fundamental da SCME para com os seus utentes, familiares, clientes, utilizadores dos serviços, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços e outros interessados.

Por isso, estabeleceu a presente Política de Privacidade com a finalidade de demonstrar o seu compromisso e respeito para com as regras de privacidade e de proteção de dados pessoais.

Para determinadas finalidades a SCME apenas poderá tratar os dados pessoais se obtiver o consentimento prévio, informado e expresso dos titulares de dados pessoais. Tal será o caso de comunicações informativas e de marketing das diversas áreas de atividade da SCME e, em determinadas situações, a recolha e tratamento de imagens e sua divulgação.

O Responsável pelo Tratamento de Dados e o Encarregado da Proteção de Dados

O responsável pela recolha e tratamento dos seus dados pessoais é a SCME, que lhe presta o serviço ou fornece e que nesse âmbito decide quais os dados recolhidos, meios de tratamento e finalidades para que os dados são usados, garantindo aos seus utilizadores o respeito pela sua privacidade.

A SCME tem um Encarregado da Proteção de Dados, que monitoriza a conformidade do tratamento de dados com as normas aplicáveis.

Dados pessoais, titulares de dados pessoais e categorias de dados pessoais

São “dados pessoais” qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável.

Os dados pessoais poderão ter uma natureza mais sensível em determinadas situações, sendo classificados como categorias especiais de dados e estes referem-se à origem racial ou étnica do seu titular, às suas opiniões políticas, às suas convicções religiosas ou filosóficas, informação genética, identificadores biométricos, vida sexual, orientação sexual ou relativos à sua saúde.

A SCME, no âmbito da sua atividade, procede à recolha e ao tratamento dos dados pessoais no âmbito dos serviços por si prestados e com as finalidades a ele conexas, mediante comunicação e autorização do titular dos dados pessoais.

Poderemos recolher dados pessoais dos utentes, clientes e utilizadores sob várias formas, incluindo, nomeadamente, quando estes respondem a inquéritos, preenchem um formulário em conexão com quaisquer serviços, atividades, funcionalidades ou recursos que disponibilizamos.

A SCME recolhe, utiliza e conserva dados pessoais fornecidos pelos utentes, clientes e utilizadores, nos termos permitidos pela legislação aplicável, de forma adequada à execução da relação contratual com os mesmos e para utilização e faturação dos serviços.

Os utentes, clientes e utilizadores, no âmbito da relação contratual, comercial e ainda no interesse legítimo e de prossecução da atividade da SCME, responsável pelo tratamento, autorizam a introdução dos seus dados pessoais num ficheiro da Instituição e a sua cessão pela mesma a terceiras entidades, localizadas na União Europeia, para o seu tratamento no âmbito da finalidade deste contrato, ainda para fins de marketing, comerciais ou outros, inquéritos de satisfação de Clientes/ Utes e informar sobre os produtos e serviços da instituição.

Os utentes, clientes e utilizadores deverão notificar a SCME, imediatamente, caso se verifiquem modificações nos dados pessoais que afetem a relação contratual e ou a faturação dos serviços.

Os dados necessários para a execução do contrato e ou faturação dos serviços poderão ser armazenados e utilizados pela Santa Casa da Misericórdia de Esposende, mesmo após o fim do processo ou contrato, nos termos legais e até se completar a faturação e ou obrigações legais decorrentes da relação comercial e ou contratual.

Utilização do sítio eletrónico da Santa Casa da Misericórdia de Esposende

Caso utilize o nosso sítio eletrónico e entre em contacto connosco através de formulários de contacto (já que não exigimos registo), os dados pedidos nesses formulários poderão ficar armazenados. Poderá também requerer a sua eliminação e continuar a utilizar o nosso sítio eletrónico normalmente.

Direitos do titular dos dados pessoais

Nos termos previstos na Lei, é garantido ao titular dos dados pessoais o direito de acesso e retificação dos seus dados pessoais, bem como o direito de limitação e oposição ao tratamento dos mesmos.

Direitos de Acesso: Direito a obter a confirmação de quais são os seus dados pessoais que são tratados e informação sobre os mesmos, como por exemplo, quais as finalidades do tratamento, quais os prazos de conservação, entre outros.

Direitos de Retificação: Direito de solicitar a retificação dos seus dados pessoais que se encontrem inexatos ou solicitar que os dados pessoais incompletos sejam completados, como por exemplo a morada, o NIF, o e-mail, os contactos telefónicos, ou outros.

Direito de Limitação: Direito a solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais, sob a forma de: (i) suspensão do tratamento ou (ii) limitação do âmbito do tratamento a certas categorias de dados ou finalidades de tratamento.

Direito de Oposição: Direito de se opor a qualquer momento a um tratamento de dados, desde que não se verifiquem interesses legítimos que prevaleçam sobre os seus interesses, direitos e liberdades.

Direitos ao Apagamento dos Dados e Direito a Ser Esquecido: Direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais, desde que não se verifiquem fundamentos válidos para a sua conservação, nomeadamente o de conservar os dados para cumprir uma obrigação legal de preservação para investigação, deteção e repressão de crimes ou porque se encontra em curso um processo judicial.

Direitos à Portabilidade: Direito de receber os dados que nos forneceu em formato digital de uso corrente e de leitura automática ou de solicitar a transmissão direta dos seus dados para outra entidade que passe a ser o novo responsável pelos seus dados pessoais, desde que, tecnicamente possível.

Direito a Retirar o Consentimento: Direito de se opor ou retirar o seu consentimento, a qualquer momento a um tratamento de dados, desde que não se verifiquem interesses legítimos que prevaleçam sobre os seus interesses, direitos e liberdades.

Direito a reclamar: Direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), para além da empresa ou do Encarregado de Proteção de Dados (DPO).

Os titulares dos dados podem exercer estes direitos através de impresso próprio (IMP. 01) que está disponível nas instalações de todas as valências da SCME.

A SCME reserva-se ao direito de cobrar uma taxa para custos administrativos e informáticos de qualquer pedido efetuado no âmbito do exercício dos direitos dos titulares dos dados, no valor de €20,00 (vinte euros).

As informações devem ser prestadas por escrito mas, se o solicitar, podem ser prestadas oralmente. Neste caso, a SCME deve verificar a sua identidade por outros meios que não orais.

A resposta aos pedidos deverá ser prestada no prazo máximo de 30 dias, salvo se for um pedido especialmente complexo.

Finalidades do tratamento dos dados pessoais e respetivos fundamentos jurídicos

Em geral, os dados pessoais recolhidos têm como fundamento e destinam-se à gestão da relação contratual, à prestação dos serviços contratados, à adequação dos serviços às necessidades e interesses do utente, cliente e utilizador, nomeadamente para efeitos de acesso a funcionalidades específicas dos serviços.

Finalidades	Exemplos de finalidades (não taxativo)
Marketing	- Marketing e promoção de novos serviços - Promoção de eventos em redes sociais
Gestão de Utentes, Clientes e Prestação de Serviços (Saúde, Apoio Social, Estruturas Residenciais para Idosos, Educação, Cultura e Lazer)	- Marcar consultas, marcar exames, diagnóstico médico e fornecer cuidados de saúde - Estudos e ensaios clínicos - Candidaturas e pré-inscrição em estabelecimentos da SCME - Gestão de contactos, informações ou pedidos - Gestão de reclamações ou incidentes



Recrutamento	- Apresentação espontânea de candidatura a emprego
Voluntariado	- Angariação e seleção de candidatos, admissão, formação e acompanhamento
Serviços Contabilísticos, Fiscais e Administrativos	- Contabilidade e faturação - Informação fiscal, incluindo envio de informação à autoridade tributária
Gestão de Contencioso	- Cobrança judicial e extrajudicial - Gestão de outros conflitos
Deteção de fraude, proteção de interesses legítimos e auditoria	- Deteção de fraude e práticas ilícitas - Auditoria e investigação internas
Cumprimento de obrigações legais	- Resposta a entidades judiciais, de regulação e de supervisão, nomeadamente a entidades públicas da área da saúde e da segurança social.
Controlo da segurança da informação	- Gestão de acessos, <i>logs</i> - Gestão de <i>backups</i> - Gestão de incidentes de segurança
Controlo da segurança física	- Vídeo vigilância em instalações

Prazo de conservação dos dados

Os dados pessoais recolhidos serão conservados de forma a permitir a sua identificação apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades de recolha ou do tratamento posterior, findo o qual os mesmos serão eliminados, desde que não se verifiquem interesses legítimos que prevaleçam.

Existem, no entanto, requisitos legais que obrigam a conservar os dados por um determinado período de tempo. Nessa medida, alguns dados, nomeadamente relativos à saúde são conservados nos termos da legislação aplicável ao arquivo da documentação hospitalar.

Transmissão de dados pessoais

Os dados pessoais podem ser transmitidos a subcontratantes para que estes os tratem em nome e por conta da SCME. Neste caso a SCME tomará as medidas contratuais necessárias para garantir que os subcontratantes respeitam e garantem os dados pessoais do titular.

Os dados podem também ser transmitidos a terceiros com quem a SCME desenvolva parcerias, no caso de o titular ter consentido, ou entidades a quem os dados tenham de ser comunicados por força da lei, como a autoridade tributária, entidades da área da saúde ou da segurança social.

Responsabilidade sobre serviços e sítio eletrónico da SCME e de terceiros

Sobre a utilização e o tratamento de dados pessoais do sítio eletrónico da SCME, não deixe de consultar as regras sobre a política de privacidade e termos de utilização do sítio eletrónico.

Segurança

A SCME tem implementados sistemas de segurança, regras e outros procedimentos, de modo a garantir a proteção dos dados pessoais, bem como para prevenir o acesso não autorizado aos dados, o uso impróprio, a sua divulgação, perda ou destruição.

Divulgamos a todos os nossos colaboradores procedimentos de proteção de dados pessoais com vista a assegurar o seu conhecimento acerca das obrigações que lhe são impostas nesta matéria e para garantir a permanente sensibilização dos nossos colaboradores desenvolvemos ações de formação junto dos mesmos.

Temos igualmente implementadas normas de conduta e ética com regras de sigilo e confidencialidade que estabelecem o compromisso de os nossos colaboradores não revelarem a terceiros ou utilizar para fins contrários à lei qualquer informação pessoal dos nossos clientes, cujo conhecimento lhes advenha do exercício das suas funções.

Disposições finais: as obrigações em matéria de proteção de dados pessoais

A SCME quando, individualmente ou em conjunto com outra (Subcontratada), determine as finalidades e os meios dos tratamentos dos dados é o “responsável pelo tratamento” e deve, nessa medida, entre outros aspetos, assegurar que:

- ☒ Os dados pessoais são recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e não sejam posteriormente tratados de forma incompatível com as finalidades da recolha;
- ☒ Apenas são recolhidos os dados pessoais adequados, pertinentes e não excessivos relativamente às finalidades da recolha;
- ☒ Os dados pessoais recolhidos são exatos e atualizados;
- ☒ Os dados pessoais apenas são conservados durante o período necessário para a prossecução das finalidades da recolha/ tratamento (garantindo o cumprimento das Deliberações da CNPD aplicáveis e da legislação específica aplicável a determinados sectores de atividade);
- ☒ São disponibilizadas ao titular dos dados todas as informações relacionadas com o tratamento efetuado, concedendo-lhe o direito de acesso, retificação e eliminação dos seus dados, bem como a oposição ao seu tratamento, nos termos da lei;
- ☒ É obtido o consentimento do titular para o tratamento dos dados, nos casos em que tal é exigível;
- ☒ Os colaboradores autorizados a aceder aos dados pessoais estão vinculados ao dever de confidencialidade;



- ☒ Foram celebrados com as entidades subcontratantes em matéria de tratamento de dados pessoais dos nossos titulares de dados, os respetivos contratos escritos de salvaguarda da confidencialidade e privacidade;
- ☒ Foram implementadas as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais, contra a destruição, acidental ou ilícita, a alteração, acesso não autorizados e divulgação e contra qualquer forma de tratamento ilícito.
- ☒ Que se procede, nos termos legais, ao registo das atividades de tratamento de dados pessoais.

Esposende, 23 de maio de 2018

A Provedora,